



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ♥ [COMO SE PLANEJAR PARA ENCHENTES – O Popular](#)
- ♥ [MALABARISTA FORENSE – O Popular](#)
- ♥ [TODOS PERDEM COM GUERRA COMERCIAL DE TRUMP – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [O MÍNIMO A FAZER NO BRASIL – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [POLÍTICAS ANTIDIVERSIDADE NOS EUA REACENDEM O ALERTA NO BRASIL – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [CENTRÃO DOMINA ELEIÇÃO DO CONGRESSO, COBRA DE LULA FATURA ALTA E NÃO DÁ GARANTIA DE APOIO EM 2026 – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [SENADORES PREVEEM ALCOLUMBRE 'CALIBRADO', COM TRATO DIRETO COM LULA E AGRADOS PARA OPOSIÇÃO – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [IMPOSTOS BRASILEIROS NA MIRA DE TRUMP – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [IMPORTÂNCIA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA - O Hoje](#)
- ♥ [CONGRESSO REABRE NESTA SEGUNDA-FEIRA COM DESAFIOS PARA LULA – Correio Braziliense](#)
- ♥ [TRABALHO ESCRAVO: VERGONHA QUE RESISTE – Correio Braziliense](#)
- ♥ [O ANO DA CARNE BOVINA BRASILEIRA – Correio Braziliense](#)
- ♥ [STF ABRE ANO COM EXPECTATIVA DE DENÚNCIA DO GOLPE – Valor Econômico](#)
- ♥ [SETOR IMOBILIÁRIO PUXA CRESCIMENTO DO VOLUME DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS EM 2024 – Valor Econômico](#)
- ♥ [STF REINICIARÁ JULGAMENTO SOBRE RECREIO DE PROFESSOR – Valor Econômico](#)
- ♥ [DENÚNCIA ESPONTÂNEA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – Valor Econômico](#)
- ♥ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 03.02.2025 – PÁG. 03

Como se planejar para enchentes

Simone Buiate Brandão



Goiânia enfrenta, como muitas outras cidades brasileiras, os impactos de um crescimento urbano intenso associado às mudanças climáticas e à falta de planejamento para o enfrentamento dessa realidade. As enchentes que transformam ruas em rios e afetam a rotina de milhares de pessoas são reflexo das mudanças climáticas e do legado das decisões urbanísticas que priorizaram a expansão, o adensamento e a ocupação da cidade sem considerar os aspectos sustentáveis.

A aprovação do Plano Diretor de 2022 trouxe avanços importantes, mas também deixou lacunas que precisam ser debatidas. Entre elas, a regularização e ocupação de áreas marginais aos córregos, a apresentação de um mapa ambiental da cidade desatualizado, com nascentes ausentes e percursos dos corpos hídricos incompletos, e a exclusão da cota de inundação no cálculo das Áreas de Preservação Permanente (APPs), além do incentivo à urbanização de áreas rurais. Bairros como o Setor Sul, historicamente consolidados, agora sofrem ainda mais com os efeitos do adensamento urbano de áreas vizinhas, que alteram significativamente a drenagem natural e agravam o risco de

enchentes. Essas questões colocam em pauta o desafio de como equilibrar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

O cenário atual é o resultado de um processo longo e complexo. A impermeabilização do solo, a redução das áreas verdes e a canalização de córregos como o Botafogo, que deveria funcionar como um sistema natural de drenagem, contribuíram para os problemas que vemos hoje. Não se trata de culpar exclusivamente as administrações públicas, mas de reconhecer que as escolhas feitas por décadas, muitas vezes, ignoraram a capacidade do meio ambiente de suportar essas transformações.

Há, no entanto, uma oportunidade de reverter esse quadro com soluções como a estruturação e aprovação do Plano Diretor de Drenagem Urbana, o aumento das APPs, o resguardo de várzeas e rios perenes e a implantação de corredores verdes. Outras ações são a ampliação das áreas permeáveis, a revisão das ocupações em áreas de risco e a proibição do rebaixamento do lençol freático. Além disso, são medidas necessárias a modernização da infraestrutura de drenagem, com o uso de pisos drenantes, e a reintegração de rios e córregos por meio da criação de parques lineares. Adotando essas e outras estratégias, Goiânia pode se tornar uma cidade mais resiliente às chuvas intensas e aos desafios climáticos.

É importante lembrar que as enchentes não são inevitáveis, mas sim reflexo das escolhas feitas até aqui. Como arquitetos, urbanistas, cidadãos e administração pública, cabe a nós a reflexão sobre como queremos planejar nosso futuro. Goiânia se aproxima de seu centenário em 2033, e as escolhas feitas hoje serão fundamentais para determinar seu futuro, se será um modelo de equilíbrio entre crescimento urbano e sustentabilidade ou se terá que enfrentar desafios cada vez mais complexos.

Malabarista forense

Jesseir Coelho de Alcântara

Anteriormente já escrevi um artigo com o título Malabarismo Processual e agora o título, embora parecido, mudou o teor. Malabarista é aquele que, para divertir o público e ganhar a vida, exhibe extrema habilidade e destreza de movimentos do corpo. Em sentido figurado é aquele que se revela hábil para controlar situações difíceis ou adversas. Lida com situações instáveis sem perder o domínio e o controle emocional. É o que entende as pessoas confusas sem fazer mais confusão ainda e com isso ficar doente.

Na atividade forense essa habilidade é muito exigida de todos os profissionais. O magistrado, o representante do Ministério Público, os advogados e serventuários da justiça se deparam com situações complexas há exigir um controle muito grande em seus comportamentos porque se relacionam com pessoas diversas e com todo tipo de comportamento: educados, simples, mal humorados, grossos, sem educação, atabalhoados, preguiçosos, prepotentes, arrogantes, esquisitos, loucos... De modo geral as pessoas são propensas a punir socialmente aqueles que têm comportamentos antiéticos.

Um Juiz de Direito, por exemplo, na presidência de uma audiência ou sessão tem de ter a perspicácia para observar e controlar o comportamento de um cidadão matuto e iletrado numa situação em que ele é intimado a ser testemunha num processo. Pode ocorrer que as atitudes dessa pessoa reflitam parecer ser ela um mal educado ou desavisado. Por sua simplicidade a testemunha pode falar palavras grosseiras e injustificáveis, não por maldade mas por sua condição social. Na minha experiência, como um malabarista, o julgador deve ser hábil para contornar essa situação embaraçosa. Não adianta dar murro na mesa, gritar e zangar. Com certeza esse incauto vai travar seu comportamento e com isso não se consegue a prova.

Diferente de um acusado malandro e folgado que quer ficar fazendo gracinhas o tempo todo e ser o centro das atenções num ato processual de interrogatório. Aí chega a hora de o magistrado ser firme com o engraçadinho em sua atuação. Comportamento desastrado é de um profissional pedante. A postura que um profissional adota perante a sociedade, principalmente no ambiente do Fórum, é crucial para o seu bom conceito. É mister que se saiba que ele não o é somente quando está de terno e gravata, presencial ou virtualmente, é bem mais que isso.



Assim, o que se revela hábil para controlar situações difíceis ou adversas em sua atuação profissional, principalmente no ambiente forense, está apto a ter um maior respeito por parte de terceiros, bem como estabelecer um bom desempenho em suas atividades. O sábio Salomão em seus provérbios ensinou: "Vês um homem hábil nas suas obras? Perante reis será posto; não será posto perante os de baixa sorte." Malabarismo forense, portanto, se impõe a todos os profissionais militantes na esfera jurídica.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A2

Todos perdem com guerra comercial de Trump

Medida que aumenta tarifas sobre importações de Canadá, México e China pode impactar mercado de trabalho e inflação

Com sua retórica beligerante costumeira, Donald Trump instituiu a primeira medida que pode gerar uma guerra comercial com grande impacto para a economia mundial. Sem distinguir entre aliados e adversários, o presidente dos Estados Unidos decidiu impor tarifas de 25% sobre as importações do México e do Canadá —com exceção de energia, que será taxada em 10%. Também haverá tarifas de 10% para importações da China, em adição às cobranças já vigentes, que abrangem certas categorias de produtos.

Juntos, os três perfazem 43% das importações americanas, o equivalente a US\$ 1,3 trilhão (em torno de 4,8% do PIB). A alta das taxas com essa abrangência fará com que a cobrança média sobre todas as



importações passe de cerca de 3% para quase 11%, acima da tarifa linear de 10% proposta por Trump durante sua campanha eleitoral. As justificativas alegadas não são apenas econômicas. Ao invocar poderes emergenciais, Trump mencionou o fluxo ilegal de imigrantes e drogas, em especial os opioides traficados por cartéis mexicanos com componentes obtidos na China. No caso do Canada, haveria evidência de aumento do tráfico pela maior fronteira não vigiada do mundo.

Trump faz valer, assim, sua obsessão com tarifas, que prometeu usar mais amplamente como arma, e não somente para conter o déficit comercial do país, de quase US\$ 1 trilhão anual. Na melhor das hipóteses, as medidas podem ser revertidas após negociações, mas os riscos são grandes. No caso dos vizinhos, há gigantesca assimetria. Ambos destinam quase 80% de suas exportações aos EUA, o que representa 22% do PIB do Canadá e 35% do PIB do México. Já as compras feitas pelos EUA dos dois países somam 4% do PIB americano.

Mesmo assim, o Canadá já anunciou a mesma cobrança sobre cerca de US\$ 106 bilhões em bens que importa dos EUA. A China foi mais contida, prometendo levar o caso à Organização Mundial do Comércio, mas não se descarta uma reação mais dura. O México tem a posição mais frágil. De todo modo, também

haverá custos para os EUA. Mesmo com diminuta representação no PIB, as compras americanas são grandes em setores considerados críticos, como o automotivo. A inviabilização de um pedaço da cadeia produtiva é capaz de produzir reação cumulativa que custará empregos para a população americana. Não se devem descartar efeitos recessivos.

Projeta-se ainda um impacto inflacionário, algo que pode ser contraproducente para Trump. A alta nos preços de alimentos e gasolina, afinal, foi uma das explicações para a derrota eleitoral do Partido Democrata. Por ora, o republicano não parece se importar e acredita que seu método agressivo pode trazer vitórias imediatas. Mas o uso repetido de tarifas e da coerção pode afastar aliados e, ao longo do tempo, enfraquecer a liderança global já combalida dos EUA.

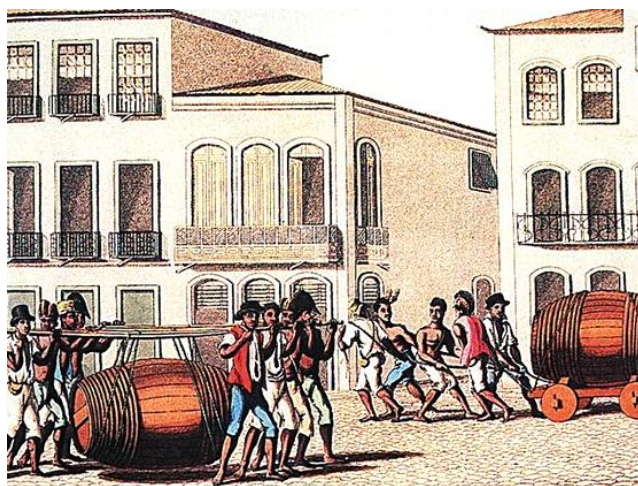
JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A3

O mínimo a fazer no Brasil

A histórica explica como se consolidou a situação de precariedade dos afrodescendentes

Ana Cristina Rosa

Defender e incentivar ações afirmativas pela diversidade e equidade étnico-racial é o mínimo a fazer num país que por quase 400 anos baseou sua economia no trabalho de negros escravizados e, para piorar, estabeleceu uma série de vantagens injustificáveis em prol de imigrantes europeus e seus descendentes. arece piada, mas os escravocratas receberam indenização monetária no século 19 pela "perda patrimonial" com a abolição da escravidão. Leis como a do Ventre Livre (escravizadas dariam à luz bebês livres – de 1871) e a dos Sexagenários (concedia liberdade aos maiores de 60 anos – de 1885) garantiam a compensação pela eventual libertação de cativos.



Como se as fortunas amealhadas não fossem frutos da exploração secular do trabalho dos cativos nas lavouras de cana, plantações de café, mineração de pedras preciosas, extração de ouro... A concessão de vantagens injustificáveis se estendeu pelo século 20. A "Lei do Boi" (reserva de vagas para filhos de fazendeiros em universidades e escolas técnicas federais) vigorou até 40 anos atrás! Em contrapartida, medidas extremamente prejudiciais "aos escravizados em geral, e aos pretos e africanos em particular" foram criadas e adotadas. Negros foram proibidos de frequentar escolas públicas (Lei nº 1, de 14/01/1837) e de adquirir a propriedade de terras (Lei nº 601, de 18/09/1850), por exemplo.

A histórica explica como se consolidou a situação de precariedade econômica, social e educacional da população brasileira afrodescendente. E é bom frisar que não há qualquer relação com incapacidade, preguiça, demérito, carência de esforço para progredir ou qualquer outra coisa do gênero. Há extrema desigualdade de condições, isso sim. Como bem observou o presidente do Supremo Tribunal Federal,

ministro Luís Roberto Barroso, no I Simpósio Internacional sobre Equidade – Brasil, Estados Unidos e África do Sul, em dezembro passado, "política de cotas sempre existiu no Brasil, só que era exclusivamente para brancos".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A4

Políticas antidiversidade nos EUA reacendem o alerta no Brasil

Efeito cascata é inevitável, com o fortalecimento de setores que já defendem a redução de práticas afirmativas e o enfraquecimento de direitos sociais

Maria Alice Setubal (Neca)

Não é mais ameaça ou especulação do campo progressista, agora é realidade. Os efeitos imediatos atingem o radicalismo máximo da extrema direita naquele que é considerado o cargo mais poderoso do planeta. Se a globalização surgiu e foi reforçada por décadas nos Estados Unidos, hoje o slogan repetido por Donald Trump —"America first"— já nasce de um erro conceitual grave.

Um país construído à base de imigração e miscigenação não deveria fazer ode à supremacia branca e heteronormativa. A ideia de fortalecer e ampliar os muros prometidos por Trump como "intransponíveis" para expulsar imigrantes já era esperada desde que o presidente recém-empossado acenou com uma nova candidatura, mas as medidas antidiversidade, equidade e inclusão anunciadas no discurso de posse (e colocadas em prática horas depois) coíbem e proíbem o desenvolvimento de políticas públicas e privadas e transformações culturais na sociedade, desmontando décadas de avanço. O documento divulgado pela Casa Branca no último dia 22 de janeiro afirma que o decreto "restaura os valores da dignidade individual, do trabalho duro e da excelência". E, no discurso de posse, Trump já havia prometido (assim como durante toda a campanha) "formar uma sociedade que não vê cores e que tem como base o mérito".

As medidas não atingem apenas as instituições diretamente ligadas ao governo —agências federais foram



orientadas a acabar com programas de diversidade também no setor privado. E sabemos que as grandes companhias, incluindo as poderosas big techs, estão alinhadas à nova gestão norte-americana. A influência dos Estados Unidos na formulação de políticas públicas e privadas no mundo é inegável. Se as maiores corporações americanas forem pressionadas a abandonar compromissos com a diversidade, outras empresas globais podem seguir esse caminho para se manterem competitivas no mercado.

Movimento que, indiscutivelmente, vai impactar a formação de futuras lideranças globais. Além disso, se não tivermos as populações diretamente

representadas nos espaços de decisão, as políticas continuarão a refletir apenas os interesses de grupos historicamente privilegiados. A ausência de diversidade impede a criação de medidas eficazes para romper com desigualdades estruturais, perpetuando exclusões. Outro reflexo preocupante ocorre no cenário político: líderes de extrema direita em outros países podem se sentir legitimados a adotar medidas semelhantes, fragilizando ainda mais a luta pela equidade racial, sexual e de gênero. No Brasil, essa influência pode fortalecer setores políticos que já defendem a redução de políticas afirmativas e o enfraquecimento de direitos sociais.

Além das medidas diretas e avassaladoras contra a diversidade, equidade e inclusão firmadas, vale destacar algumas das inúmeras decisões perigosas de alto impacto para todo o planeta. Um dos decretos restringe drasticamente a ajuda dos Estados Unidos a políticas externas, principalmente as que promovem equidade racial e de gênero, combate à mudança climática, educação midiática e regulação das big techs. Os prejuízos em âmbito mundial são incalculáveis. E, para o Brasil, essa guinada pode significar uma redução no financiamento de iniciativas sociais apoiadas por fundações americanas e que atuam em causas essenciais no contexto brasileiro. Isso sem falar nas decisões para aumentar a exploração de combustíveis fósseis, reduzir incentivos à transição energética e retirar, mais uma vez, os Estados Unidos do Acordo de Paris, o que nos afeta ampla e diretamente.

As ações de Donald Trump não são apenas um ataque simbólico —elas têm consequências reais e imediatas para milhões de pessoas. O efeito cascata é inevitável e preocupante, ameaçando conquistas fundamentais no combate às desigualdades. Justamente por isso, a resistência se faz ainda mais necessária e deve extrapolar as fronteiras norte-americanas. Governos, empresas, universidades e ONGs precisam reafirmar o compromisso com valores inegociáveis e estruturantes de uma sociedade minimamente justa, independentemente das pressões políticas. Tratar diversidade, equidade e inclusão como questão partidária é algo que já vimos por aqui e que precisa ser superado.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A6

Centrão domina eleição do Congresso, cobra de Lula fatura alta e não dá garantia de apoio em 2026

Partidos veem governo frágil e aliados do presidente admitem reforma ministerial mais ampla

Catia Seabra / Victoria Azevedo

Líderes do centrão celebraram a folgada vitória para o comando do Congresso Nacional como um trunfo para a ampliação de poder sobre o governo e para o aumento de influência sobre a verba pública, num momento de queda de popularidade do presidente Lula (PT).

Já na noite de sábado (1º), após a eleição de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e de Hugo Motta (Republicanos-PB) para as presidências do Senado e da Câmara dos Deputados, aliados da dupla discutiam





CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

cenários de um possível redesenho do governo e de retomada do controle sobre as emendas parlamentares. Fortalecidos, líderes do grupo passaram a defender um choque na estrutura da gestão Lula, que poderia incluir a redução do peso do PT na chamada cozinha do Palácio do Planalto, responsável pela coordenação do governo.

Representantes desses partidos têm alertado que uma simples acomodação de suas legendas no ministério de Lula não basta para garantir uma adesão a todos projetos de interesse do governo no Congresso e, menos ainda, para assegurar apoio à uma candidatura de Lula à reeleição em 2026. Para que esses partidos ampliem o alinhamento com o governo e, depois, subam no palanque petista, Lula precisaria reorganizar o governo e recuperar popularidade —principal desafio do governo neste momento. Líderes do centrão manifestam resistência a adensar sua participação no mandato do petista num momento de queda dos índices de avaliação do presidente. O argumento é que, com esse movimento, eles arriscariam seu capital político entre eleitores de direita.

Um integrante da cúpula da Câmara aponta que, atualmente, deputados e senadores já são "unidades orçamentárias", graças ao aumento expressivo das emendas parlamentares, e que não são mais dependentes da força do governo para abastecer seus redutos eleitorais. Por isso, diz, a retomada do poder sobre as emendas, alvo de bloqueio do STF, soa até mais urgente do que uma reforma ministerial. Essas constatações são interpretadas, tanto no governo como no próprio centrão, como um diagnóstico legítimo do quadro político, mas também como um argumento para ampliar o poder de barganha do Congresso na negociação de cargos no primeiro escalão.

Um dirigente desses partidos afirma que a ideia de participação na equipe de Lula não é totalmente descartada porque há, sim, chances de reeleição do presidente em 2026, principalmente diante da possibilidade de um racha da direita. Com esse cenário, aliados de Lula afirmam que ele já admite, em conversas reservadas, a necessidade de fazer um gesto mais amplo para esses partidos, com uma reforma ministerial mais abrangente. Para isso, poderia ser necessário sacrificar aliados próximos e o próprio PT. Nesta segunda-feira (3), Lula dará início a uma nova rodada de conversas políticas. À tarde, ele se reunirá com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), que deve assumir o cargo de ministra-chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Há uma expectativa de que Lula receba também Alcolumbre e Hugo.

O presidente teria sinalizado a intenção de reacomodar o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), na Saúde. Lula vem demonstrando insatisfação com o desempenho da atual titular, Nísia Trindade, embora resista a demiti-la. Padilha seria um substituto natural porque já ocupou o cargo no governo Dilma Rousseff (PT). Caso a troca seja feita, Lula faria uma mudança na cozinha do Planalto. O ministério responsável pela articulação política poderia ficar com um não petista. O mais cotado hoje seria o ministro Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), do Republicanos, partido de Hugo Motta.

A cúpula da Câmara, por sua vez, ainda trabalha para emplacar no posto o líder do MDB na Casa, Isnaldo Bulhões Jr (AL), devido à boa relação que ele mantém com Hugo e com Alcolumbre. As discussões no governo para ampliar laços com partidos de centro e centro-direita refletem um comportamento crítico de líderes dessas legendas em relação ao governo. O caso mais emblemático é o do PSD, cujo presidente, Gilberto Kassab, disse na semana passada que Lula não conquistaria um novo mandato se a eleição ocorresse agora.

Nessa lógica, ganhou mais força a aposta no ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o ministério de Lula. Emissários chegaram a pleitear para ele a pasta da Justiça, mas o presidente não gostaria de tirar do cargo o atual titular, Ricardo Lewandowski. O Ministério de Minas e Energia, atualmente controlado por Alexandre Silveira (PSD), poderia ser um destino para Pacheco. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ocupado pelo vice Geraldo Alckmin (PSB), também seria alvo de interesse, o que ainda dependeria de uma negociação com Alckmin. Dentro da estratégia de atrair o centrão, há expectativa de negociação com o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), a quem é creditado o desempenho de Hugo na eleição para a Casa.

Segundo aliados de Lula, o presidente tem a opinião de que Lira não impôs tantos obstáculos à agenda do governo na Câmara e, por isso, não estaria descartada a possibilidade de sua nomeação para um ministério como o da Agricultura, ainda que o trabalho do atual ministro, Carlos Fávaro (PSD), seja bem avaliado. O presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), também é citado na bolsa de apostas. Integrantes do governo avaliam que ele ajudaria o governo a se aproximar do segmento evangélico, além de ser uma sinalização ao próprio partido.

Interlocutores do presidente citam um remanejamento, considerado muito provável, da ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos (PC do B), para a pasta das Mulheres. Seria uma prova de que Lula está disposto a reduzir o espaço de um aliado histórico no xadrez que poderia acomodar partidos de centro. O desenho foi esboçado diante da constatação do fortalecimento do centrão. Elaborado no calor das eleições no Congresso, o modelo pode ser revisto, como já aconteceu em discussões de reformas ministeriais passadas. Lula tem insistido para que os ministros de estados do Nordeste trabalhem para reverter tendência de queda de sua aprovação na região —o que tem sido motivo de preocupação do presidente. Aliados do presidente afirmam que a reforma deve consumir mais 15 dias.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A10

Senadores preveem Alcolumbre 'calibrado', com trato direto com Lula e agrados para oposição

Governo não esconde desconfiança e aponta que novo presidente do Senado costuma pedir o que quer, com pouco pudor

Tháisa Oliveira

Eleito com o terceiro maior placar da história, o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), prometeu pacificação e construção de pontes, mas deixou claro aos colegas parlamentares que, entre o PT de Lula e o PL de Jair Bolsonaro, escolherá defender os interesses do Congresso. Integrantes do governo Lula não escondem uma certa desconfiança. Alcolumbre volta à presidência do Senado com o apoio de Bolsonaro e já de olho na reeleição ao cargo, em 2027. Para reter o apoio interno, buscará honrar a promessa de que a oposição terá o que quer: espaço para tentar desgastar o governo em um ano decisivo para a próxima disputa presidencial.





CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Um senador próximo a Alcolumbre acrescenta que já está claro que ele pretende tratar com Lula sem intermediários. Por isso, afirma, o sucesso do governo no Congresso vai depender diretamente da interlocução do petista com o novo presidente do Senado. Alcolumbre tenta diminuir as suspeitas. Em uma das conversas que teve com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), argumentou que, em seu primeiro mandato como presidente, não atrapalhou Bolsonaro porque não cabia a ele dificultar o trabalho do ganhador da eleição. Agora, prosseguiu, quem ganhou foi Lula. O recado foi tornado público após a vitória, no sábado (1º), de forma enfática. "Nenhum senador, nenhuma senadora, tem autoridade de atrapalhar a agenda do governo. O governo terá sua agenda totalmente respeitada", disse.

O governo viu o aceno com bons olhos, mas sabe que o senador pelo Amapá não tem pudores de dizer o que quer —e, via de regra, tem desejos pouco modestos. Alcolumbre é padrinho da indicação de dois ministros e de uma lista de cargos de segundo, terceiro e quarto escalões. O senador angariou poder entre os colegas não só pelo perfil de síndico, resolvendo problemas de toda ordem, mas também pela distribuição de uma fatia bilionária do Orçamento público, da qual não quer abrir mão.

Como presidente do Senado de 2019 a 2021, Alcolumbre ajudou a estabelecer, com o aval de Bolsonaro, um mecanismo de distribuição volumosa de emendas parlamentares para os redutos de deputados e senadores. Hoje, o uso da ferramenta é motivo de uma batalha entre Congresso e STF (Supremo Tribunal Federal). A defesa das emendas ficou nítida nas primeiras declarações de Alcolumbre após a vitória. Uma pessoa próxima ao novo presidente vai além: afirma que, enquanto o Congresso não tiver garantias de que manterá poder sobre o dinheiro, o governo não deve esperar nada de graça do Senado. Nem mesmo a Polícia Federal parece fazer o senador mudar de ideia. O partido de Alcolumbre, União Brasil, entrou na mira de investigações em dezembro. O senador não é citado, mas reportagem do UOL mostrou que a chefe de gabinete dele ajudava a destravar a burocracia das emendas para um grupo de empresários preso.

Além do controle sobre o Orçamento, fatores eleitorais devem ditar o ritmo da relação. Um aliado de Lula diz, sob reserva, que o Planalto sabe que o amapaense não deve perder de vista a popularidade do presidente. No momento de dificuldade atual, a avaliação é que Alcolumbre não buscará o rompimento, mas não deixará de jogar confete para a oposição. O estilo de Alcolumbre ficou marcado por sua gestão como presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), de 2021 a 2024. O senador estabeleceu um mantra: vota-se tudo, e quem tem voto leva. Foi assim que a comissão aprovou propostas controversas, como a castração química para estupradores e a legalização de cassinos.

A máxima, por outro lado, não o impediu de explorar o poder de presidente da comissão mais importante do Senado. Em 2021, Alcolumbre desafiou até mesmo um futuro ministro do STF ao deixar o indicado de Bolsonaro, André Mendonça, esperando quatro meses para ser sabatinado. Na campanha para volta à presidência do Senado, Alcolumbre recorreu ao mantra outra vez. Com Bolsonaro, deixou claro que não vai se contrapor à votação de nada. Com Lula, disse que não tinha nenhum compromisso com a anistia aos golpistas do 8 de janeiro. Integrantes da oposição admitem, reservadamente, que não veem condições para aprovar a anistia nos próximos dois anos e muito menos o impeachment de ministros do STF. Primeiro, porque não há votos —cenário que pode mudar apenas com a renovação de dois terços do Senado no ano que vem.

Segundo, porque Alcolumbre não quer —ao menos não neste mandato. O governo também conta com a amizade entre Alcolumbre e o ministro do STF Alexandre de Moraes para frear a anistia aos golpistas e ao próprio Bolsonaro, que está inelegível. A Folha conversou com 14 senadores sobre o que esperar da presidência de Alcolumbre. Ouviu da maioria que o amapaense volta ao cargo mais calibrado, experimentado e equilibrado. Também contribui para a avaliação de que o segundo mandato será moderado o fato de que as duas principais comissões, a CCJ e a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), estarão nas mãos de dois dos senadores experientes e próximos do Planalto, Otto Alencar (PSD-BA) e Renan Calheiros (MDB-AL).

A oposição promete fazer barulho com a perspectiva de presidir a Comissão de Segurança Pública com Flávio Bolsonaro (PL-RJ) —e marcar posição contra Lula em um dos assuntos considerados mais sensíveis pela população. Sob o signo do equilíbrio, Alcolumbre também prometeu resolver um dos principais pontos de incômodo do Senado: a perda de poderes para a Câmara. O senador disse que vai conversar com Hugo Motta (Republicanos-PB) sobre o rito de tramitação das medidas provisórias, suspenso por vontade de Arthur Lira (PP-AL), e defender o Senado. Além de assumidamente corporativista, o senador agrada aos colegas pelo estilo. É mais informal, direto e expansivo que o antecessor Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Menos disciplinado, mas cumpridor de acordos. Até amigos brincam que o presidente do Congresso parece um vereador —o que não é dito como crítica.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 03.02.2025 – PÁG. A16

Impostos brasileiros na mira de Trump

Em 2020, EUA abriram investigação sobre práticas tributárias que estariam fora do padrão internacional e teriam características extraterritoriais

Eduardo Cucolo

O Brasil escapou da primeira rodada de aumento de tarifas alfandegárias do governo Donald Trump, mas continua no foco da nova administração, como deixou claro o presidente dos Estados Unidos em fala recente. Em seu primeiro mandato, Trump abriu uma investigação contra diversos países, incluindo o Brasil, por práticas tributárias que estariam fora do padrão internacional e que teriam características extraterritoriais.

O principal alvo dos americanos eram jurisdições que adotavam impostos digitais sobre empresas de tecnologia (digital service tax). Na lista, só o Brasil não tinha esse tipo de tributo. A ameaça de tributação das big techs americanas foi um dos fatores que levaram os EUA, na administração Joe Biden, a apoiarem o acordo na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em torno do imposto mínimo global de 15% sobre multinacionais. Neste início de ano, Trump anunciou que o país não levaria a proposta adiante e ainda voltou a ameaçar quem o fez, como União Europeia,





CLIPPING

DATA

03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Japão e Brasil.

O presidente dos EUA também quer reduzir o imposto de renda corporativo de 21% para 15%, o que pode levar muitas empresas que atuam no país a ficarem com uma carga inferior ao imposto mínimo, quando se coloca na conta benefícios fiscais que reduzem essa tributação. A tributação mínima possui três mecanismos básicos. O Brasil adotou o primeiro, um imposto mínimo complementar doméstico (QDMTT na sigla em inglês), que garante o recolhimento desse percentual nas operações de qualquer empresa em território nacional. Nesse caso, não há o que falar em tributação extraterritorial ou fora das regras internacionais.

Parte da Europa adota também outra regra, que permite tributar filiais de empresas europeias nos EUA, por exemplo, a "Income Inclusion Rule", que não existe por aqui. A avaliação de especialistas no assunto é que o Brasil não poderia ser alvo de sanções dos EUA por adotar o imposto mínimo em seu próprio território. Mas uma coisa é a questão técnica, outra, a política.

Em conversa com a coluna, Romero Tavares, especialista em tributação internacional da PwC Brasil, afirmou que o país tem algo muito mais poderoso para taxar as multinacionais americanas por aqui, como o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços e a Cide sobre remessas e royalties. Isso representa uma carga em torno de 25%, na maioria dos casos, bem superior a impostos de outros países sobre empresas de tecnologia, de 2% ou 3%.

Os EUA podem argumentar que o país não segue o padrão OCDE ao fazer essa tributação sobre remessas de serviços, mas se alinha à organização internacional ao adotar o imposto mínimo, o que pode ser visto como uma postura seletiva e discriminatória. Especialistas na área de impostos internacionais da EY Brasil, Priscila Vergueiro e Gustavo Carmona afirmam que a administração republicana deu sinais de que o problema está no mecanismo adotado pelos europeus, e não pela Receita Federal do Brasil. Outra fonte de conflito sobre o tema deve surgir nesta semana, no primeiro encontro do grupo das Nações Unidas sobre cooperação fiscal internacional, iniciativa com apoio de Brasil e países do sul-global e oposição dos EUA. O conflito em torno da questão só tende a crescer.

JORNAL – O HOJE – 03.02.2025 – PÁG. 03

Importância dos Planos Municipais de adaptação à mudança do clima

José Otávio Menten

Novas administrações municipais estão se estabelecendo em todo o Brasil, após as eleições de 2024. Também estão sendo empossados os novos vereadores em todos os municípios do país. Respeito ao ambiente é cada vez mais compreendido e valorizado. Momento oportuno para que seja instalado, em todos os municípios, um plano para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas e aos eventos extremos, cada vez mais frequentes, e causando danos muito grandes.

No final de 2024 (26 de dezembro de 2024) foi publicada a Portaria GM/MMA no 1.256, da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que instituiu o apoio à elaboração de planos municipais de adaptação à mudanças do clima (AdaptaCidades), com o objetivo de



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena



colaborar com os estados e municípios no desenvolvimento de estratégias e planos locais ou regionais de adaptação à mudança climática, no âmbito do Programa Cidades Verdes Resilientes.

São objetivos desta iniciativa, entre outros, fomentar políticas públicas que promovam ações de adaptação à mudança do clima em todos os municípios. Isto implica na capacitação dos gestores públicos sobre análise de risco e na elaboração de planos para minimizar os efeitos de eventos climáticos extremos. Podem aderir à iniciativa AdaptaCidades estados, municípios e consórcios com vulnerabilidade, exposição e

ameaça climática. As condições para aderir à iniciativa são estabelecidas na Portaria, ficando clara a importância da existência de um colegiado de Meio Ambiente ou Mudanças Climáticas já estabelecido.

A adesão à iniciativa permitirá o apoio do Governo Federal para ações como capacitação técnica, disponibilização de informações, orientações, mentorias e treinamentos para a construção de planos apropriados. Para isto, poderão ser utilizados recursos do Fundo Nacional de Mudança do Clima. A Portaria estabelece, ainda, que as atividades serão monitoradas e avaliadas por um Comitê Gestor definido pelo PCVR (Programa Cidades Verdes Resilientes) e por órgãos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Fica claro ser cada vez mais importante que todos os estados e municípios devam possuir Secretarias responsáveis pelas políticas de meio ambiente ou mudança do clima, Conselho ou Fórum específico e corpo técnico adequado, além de instalações físicas e infraestrutura e ferramentas apropriadas. É importante que a estrutura administrativa dos municípios, independentemente de seu tamanho, contemple uma Secretaria de Meio Ambiente para que, além de atender às demandas de sociedade para todas as questões ambientais, também possa usufruir de oportunidades oferecidas por programas nacionais e internacionais. Isto vai possibilitar melhor qualidade de vida para os moradores desta cidade.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 03.02.2025 – PÁG. 02

Congresso reabre nesta segunda-feira com desafios para Lula

Chefe do Executivo terá de ceder em busca de harmonia entre os Poderes. Alinhados, Alcolumbre e Motta defenderam emendas parlamentares e autonomia em seus discursos pós-eleição

Denise Rothenburg / Eduarda Esposito / Israel Medeiros

Eleitos os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a bola da construção política segue para as mãos do governo nesta pré-temporada rumo a 2026. E, nesse sentido, nas rodas de conversa nos convescotes do último fim de semana, o que mais se ouviu foi que o governo precisará buscar um acordo que atenda aos deputados no quesito emendas ao Orçamento e, de quebra, coloque os partidos de centro no Palácio do Planalto, com espaço de poder e de parceria real, de forma a que tenham assento nas reuniões dos chamados "ministros da Casa".

As emendas são consideradas o principal ponto para destravar a votação do Orçamento deste ano. Até aqui, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), tem liberado as emendas a conta-gotas e já abriu uma série de inquéritos a cargo da Polícia Federal para investigar a aplicação dos recursos e a forma como essas emendas são negociadas. Essa situação, conforme antecipou a coluna Brasília-DF na semana passada, levou muitos deputados a suspeitarem de que há o intuito do STF de fazer uma espécie de "Lava-Jato" das emendas, para criminalizar os políticos e suas sugestões ao Orçamento, da mesma forma que a Lava-Jato tentou colocar toda a política na vala criminal.



Tanto Hugo Motta, quanto Davi Alcolumbre foram muito incisivos em seus discursos, ao defenderem a prerrogativa do Legislativo de promover emendas ao Orçamento. O presidente da Câmara, inclusive, pediu ao deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) que prepare uma proposta. Motta deve conversar ainda esta semana com Flávio Dino para tentar chegar a um consenso sobre o tema.

Ministérios

Quanto à reforma ministerial, é um tema que caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva montar o que deseja e chamar os partidos. Até aqui, o petista não deflagrou conversas mais amplas sobre essa reforma. Por isso, salvo se Lula puxar o assunto, ninguém espera que o tema seja tratado no café marcado para hoje, entre o chefe do Executivo, Alcolumbre e Motta. O que se tem são expectativas dos políticos. Como bem lembrou o colunista Luiz Carlos Azedo, na live de ontem no Instagram do Correio Braziliense (veja abaixo), há três nomes de peso na roda para uma reforma ministerial. Os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco, da



CLIPPING

DATA

03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Câmara, Arthur Lira, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que termina seu mandato no partido este ano. Lula ainda não chamou nenhum dos três para tratar de ministério.

Há outros nomes muito falados nas rodas. Por exemplo, o do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no cargo de líder do governo, e o atual ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, como ministro de Relações Institucionais. Silvinho, como é conhecido, é tido como paciente e com capacidade de articulação. O pai do ministro, o ex-deputado Sílvio Costa, foi um dos que mais ajudaram o governo Dilma Rousseff no período do impeachment. Portanto, a avaliação, até no PT, é de que Lula não teria problemas em entregar essa coordenação política a um aliado do Republicanos, leal ao governo e ao presidente. Para promover essa mudança, o presidente terá que contrariar a ala do PT que não quer nem pensar em entregar a articulação a outro partido. Tudo porque Dilma fez isso lá atrás, entregou essa coordenação ao MDB de Michel Temer e terminou sofrendo um processo de impeachment. Porém, Lula tem dito aos seus correligionários que, no passado, ele já entregou essa coordenação a integrantes de outros partidos e não teve o menor problema.

Alguns petistas comentam que o atual chefe da Defesa, José Mucio Monteiro, foi um bom ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo que assumiu em novembro de 2007. Àquela época, Lula, ao chamar Mucio para o cargo, ouviu do deputado que o PTB, à época um partido forte, havia sido contrário à reeleição do petista e que havia uma ala da bancada contrária à sigla do presidente. Lula, então, respondeu: "Os meus, eu já tenho, preciso que você traga os seus".

Encontro em clima ameno

Representantes dos Três Poderes vão se reunir hoje no Congresso Nacional para a cerimônia que vai marcar o início do ano no Legislativo. Depois das eleições para as presidências da Câmara e do Senado, o foco do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é começar as negociações com o novo comando do parlamento com o pé direito. O petista vai receber Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) em uma reunião pela manhã para alinhar os objetivos. A vitória de ambos foi amplamente comemorada por parlamentares da base do governo e por ministros, mas o Executivo sabe que terá que abrir espaço em ministérios e liberar as emendas parlamentares para avançar na pauta econômica este ano. Isso terá de ser feito enquanto o Judiciário engrossa o tom contra a destinação irregular dos recursos e exige cada vez mais transparência.

Legislativo e Judiciário terminaram o ano de 2024 protagonizando uma disputa sobre a legalidade do modelo de indicação de emendas parlamentares. O Supremo Teibunal Federal (STF) também está atento a eventuais pautas no Legislativo que tenham como objetivo minar a autonomia dos ministros, como já propuseram congressistas alinhados ao bolsonarismo. Tanto Davi Alcolumbre quanto Hugo Motta demonstraram, no sábado, que vão priorizar os interesses do Congresso. Isso significa dizer que não vão recuar no que consideram ser direitos adquiridos do parlamento, especialmente no que diz respeito às emendas, que viraram não só uma moeda de troca, como também são combustível para a reeleição de diversos congressistas.

"O relacionamento entre os Poderes, embora seja regido pela Constituição e pela harmonia, tem sido testado por tensões e desentendimentos. Entre esses desafios, destaco a recente controvérsia envolvendo as emendas parlamentares ao orçamento, que culminou em debates e decisões com o STF e o Poder Executivo", disse Alcolumbre. "É essencial respeitar as decisões judiciais e o papel do Judiciário em nosso sistema



CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

democrático. Mas é igualmente indispensável respeitar as prerrogativas do Legislativo e garantir que este parlamento possa exercer seu dever constitucional de legislar e representar o povo brasileiro", pontuou.

Motta, por sua vez, não citou as emendas parlamentares nenhuma vez. Mas fez referências à atuação contra o abuso da imunidade parlamentar, que garante aos deputados serem invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. "Queremos uma Câmara forte, com a garantia de nossas prerrogativas e em defesa da nossa imunidade parlamentar. A garantia das prerrogativas parlamentares é essencial para o fortalecimento do povo, pois cada um de nós, deputados e deputadas, está diretamente relacionado aos anseios daqueles que confiaram o voto a cada uma e cada um aqui presente", disse Hugo Motta em discurso na Câmara. Até o fechamento desta edição, o presidente do Supremo, Roberto Barroso, não se pronunciou sobre a vitória de Hugo Motta e de Davi Alcolumbre no Congresso. Segundo o STF, Barroso viajou no fim de janeiro aos Estados Unidos, mas deve retornar a Brasília para abrir os trabalhos no Supremo hoje (leia mais na página 3).

Comissões

Já há diversos acordos para ocupar as comissões permanentes em ambas as casas, mas algumas definições só ocorrerão depois do carnaval. No Senado, alguns parlamentares de direita já começaram a anunciar os acordos fechados. Um desses casos é o da Comissão de Segurança Pública do Senado, de onde sai o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e entra o filho mais velho de Bolsonaro: Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O congressista, assim como seu pai, tem em sua trajetória política um histórico de defesa da truculência policial. Também já foi investigado por sua proximidade com algumas figuras proeminentes das milícias cariocas, como Fabrício Queiroz e o finado capitão Adriano da Nóbrega, e por supostamente operar um esquema de "rachadinha" em seu gabinete enquanto deputado estadual. Este último caso foi arquivado porque a Justiça anulou as decisões de quebra de sigilo bancário e fiscal do parlamentar e de pessoas próximas em 2022.

Em 2023, durante a discussão de um projeto de lei que tratava de ameaças a autoridades, Flávio Bolsonaro apresentou uma emenda para que o termo "milícia" passasse a ser usado apenas nos casos em que criminosos impusessem serviços a pessoas mediante ameaça, sem homicídio. A sugestão não vingou. Na comissão de Infraestrutura, sai Confúcio Moura (MDB-RO) e entra Marcos Rogério (PL-RO). A oposição também está perto de colocar na presidência da Comissão de Direitos Humanos a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. A comissão mais importante da Casa, no entanto, deve ficar com um senador alinhado ao governo. Otto Alencar (PSD-BA) deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na Câmara, o cenário é semelhante. O MDB, que integra a base de Lula, deve ficar com a CCJ.

Sessão solene

A sessão solene do Congresso para inaugurar a Sessão Legislativa será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados às 16h. Primeiro, chegam os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, e os chefes do Judiciário e Executivo. Eles entrarão pela entrada principal do Congresso Nacional. O presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, abrirá a sessão. Um integrante do Executivo, seja Lula ou um representante, comporá a Mesa do Congresso. Haverá a leitura de mensagens do Executivo e do Judiciário. Depois, discursam o presidente da Câmara e o presidente do Congresso, que encerrará a sessão.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 03.02.2025 – PÁG. 10

Trabalho escravo: vergonha que resiste

Não são estados considerados menos desenvolvidos que lideram a vexatória lista da escravidão moderna. Nos primeiros lugares em total de flagrantes estão duas das mais prósperas unidades da federação: Minas Gerais e São Paulo

Em pleno século 21, quando se discutem avanços tecnológicos do porte da inteligência artificial ou questões de direito trabalhista, como a duração da jornada semanal, uma chaga teima em permanecer aberta no Brasil, degradando a dignidade de algumas das parcelas mais frágeis da população. O mais recente balanço do Ministério do Trabalho mostra que o trabalho escravo contemporâneo segue como prática disseminada pelo

país e, embora seja mais comum em rincões remotos, não raro é flagrado em áreas urbanas e até mesmo em ambientes familiares.



Dados de 2024 apontam que, em 1.035 ações de fiscalização direcionadas especificamente a essa questão, nada menos que 2.004 trabalhadores foram identificados em condições semelhantes à escravidão. Chama a atenção o fato de que, embora as lavouras sejam, no conjunto, o ambiente em que mais foi flagrado esse tipo de exploração, a construção civil figure individualmente como setor com maior número de resgatados no

ano passado: 293, segundo estatísticas oficiais.

Outro dado preocupante indica que não são estados considerados menos desenvolvidos que lideram a vexatória lista da escravidão moderna. Nos primeiros lugares em total de flagrantes, estão duas das mais prósperas unidades da federação e do Sudeste brasileiro: Minas Gerais e São Paulo. No último ano, Minas repetiu a triste liderança nesse quesito, que ocupa desde 2013: nada menos que 500 trabalhadores foram resgatados no estado em condições semelhantes à escravidão. É como se uma a cada quatro pessoas identificadas em todo o país nessa condição sub-humana no ano passado estivesse em terras mineiras.

São Paulo, estado mais próspero do país e o que teve maior número de fiscalizações no período — foram 191, contra 136 em Minas Gerais — vem logo abaixo na lista, com 467 trabalhadores resgatados. Fecham o grupo dos 10 mais, com números consideravelmente menores, Bahia (198), Goiás (155), Pernambuco (137), Mato Grosso do Sul (105), Espírito Santo (59), Maranhão (57), Rio Grande do Sul (56) e Paraná (43). Desde 1995, ano do reconhecimento oficial da existência de formas contemporâneas de escravidão no país, 65.598 pessoas foram salvas dessas condições por operações do poder público. Para efeito de comparação, se reunidos esses trabalhadores, somariam mais que a população individual estimada em mais de 5 mil dos 5.570 municípios brasileiros.

Entre 2003, quando começou a ser registrada a série histórica, e o ano passado, o Ministério do Trabalho contabiliza mais de R\$ 155 milhões em verbas trabalhistas e rescisórias pagas por infratores às vítimas. Mas a punição, que inclui registro em cadastro negativo de empregadores e pena de até 8 anos de detenção — aumentada em 50% se a prática for motivada por etnia, cor, religião ou origem, ou se a vítima for criança ou adolescente —, não tem sido suficiente para erradicar esse tipo de crime. Eliminar o trabalho escravo contemporâneo no país, como atesta o próprio governo, "depende de uma atuação abrangente do Estado, em constante articulação com a sociedade civil". Longe de ser tarefa apenas do poder público, denunciar situações do tipo e cobrar ações, fiscalizações e punições cada vez mais efetivas é papel das instituições e de cada cidadão, para identificar e responsabilizar exemplarmente os que seguem buscando enriquecer à custa do sofrimento e da dignidade de outros seres humanos.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 03.02.2025 – PÁG. 11

O ano da carne bovina brasileira

2024 ficará marcado como o período em que a carne bovina brasileira superou barreiras, conquistou novos mercados e consolidou seu protagonismo global

Roberto Perosa

O ano de 2024 ficará marcado como o período em que a carne bovina brasileira superou barreiras, conquistou novos mercados e consolidou seu protagonismo global. Com exportações de 2,9 milhões de toneladas, um salto de 26% em relação ao ano anterior, e uma receita de US\$ 12,9 bilhões (R\$ 78,6 bilhões na cotação atual), o setor respondeu, em grande parte, pelo resultado favorável da balança comercial do agro brasileiro. Para se ter uma ideia da grandiosidade desse feito, o volume exportado pelo Brasil equivale quase à produção anual inteira da Argentina, que soma 3 milhões de toneladas.



A China foi o principal destino, com 1,3 milhão de toneladas e US\$ 6 bilhões em receita. Mas 2024 foi um ano de diversificação e crescimento, e os Estados Unidos, Emirados Árabes, União Europeia e mercados emergentes, como México e Filipinas, também registraram aumentos expressivos, destacando a carne bovina brasileira como sinônimo de qualidade e confiabilidade. Esse desempenho não é fruto do acaso. O trabalho conjunto entre a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a ApexBrasil, por meio do projeto Brazilian Beef, segue decisivo para promover a carne brasileira mundo afora. Com o apoio estratégico do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério das Relações Exteriores, feiras internacionais, missões, campanhas estratégicas e o compromisso com práticas responsáveis abriram novas oportunidades e consolidaram nossa presença mundial.



CLIPPING

DATA

03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Exportar mais é reflexo do aumento da produção interna de carne, que também foi recorde no ano passado. A agroindústria frigorífica deve fechar 2024 com processamento de 11,7 milhões de toneladas, segundo dados do governo. Cerca de 70% dessa produção é destinada ao mercado interno, garantindo que a maior parte da carne bovina continue na mesa do brasileiro, enquanto os 30% restantes seguem para o exterior. Em ambos os casos, com qualidade, sanidade e, principalmente, a sustentabilidade que é cada vez mais exigida no mundo.

No quesito sustentabilidade, 2024 trouxe um marco fundamental: o lançamento do Plano Nacional de Rastreabilidade Individual pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, construído em parceria com o setor privado e com entidades representativas, como a Abiec e a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária). Essa iniciativa moderniza nossa cadeia produtiva, fortalece a imagem do Brasil como um fornecedor responsável e atende às exigências de consumidores cada vez mais atentos à origem e à qualidade dos alimentos. Além disso, a plataforma Agro Brasil Sustentável agrega valor à nossa produção e contribui para eliminar restrições sobre as exportações brasileiras.

Para 2025, as expectativas são ambiciosas. Negociações avançam para acessar mercados de peso, como Japão, Turquia, Vietnã e Coreia do Sul, que juntos representam quase 30% do mercado global de carne bovina. Esses países não são apenas destinos promissores, mas também o próximo passo para consolidar o Brasil como uma potência agroexportadora ainda maior. O desafio, no entanto, vai além do acesso a novos mercados. A modernização da cadeia produtiva, a sustentabilidade e a manutenção da sanidade são questões centrais. Neste ano, o Brasil será declarado pela Organização Mundial de Saúde Animal como um país todo livre de febre aftosa sem vacinação, um avanço técnico-científico que consolida a posição do Brasil como um fornecedor confiável.

O grande desafio será demonstrar essa evolução para mercados, tanto nacionais quanto externos, reafirmando o compromisso com qualidade e segurança alimentar. Se 2024 foi um ano de recordes, 2025 promete ser de novas conquistas. A carne bovina brasileira não é apenas um produto de excelência; é a prova do trabalho, inovação e paixão que movem nossa cadeia produtiva. Seguimos avançando, com o mundo como nosso mercado e a certeza de que o melhor ainda está por vir.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 03.02.2025 – PÁG. A7

STF abre ano com expectativa de denúncia do golpe

Isadora Peron e Flávia Maia



O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma as atividades nesta segunda-feira (3) sob a expectativa de analisar a denúncia que deve ser apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no inquérito que apura uma suposta tentativa de golpe de Estado.

Espera-se que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresente já em fevereiro o seu posicionamento sobre a trama golpista, o que colocará mais uma vez o

STF nos holofotes e na mira de grupos extremistas. A investigação sobre a tentativa de golpe para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é relatada pelo ministro Alexandre de Moraes e foi enviada à PGR no fim de novembro. Ao todo, a Polícia Federal (PF) indiciou 40 pessoas.

A ideia inicial de Moraes é levar o caso para ser analisado pela Primeira Turma, e não pelo plenário. O colegiado é formado por apenas cinco dos 11 ministros da Corte e, nessa composição, não estão Kassio Nunes Marques e André Mendonça, ambos indicados por Bolsonaro. Antes disso, porém, Moraes deve abrir prazo para as defesas dos eventuais denunciados se manifestarem. Por envolver o ex-presidente e seus principais aliados, o julgamento deve dominar as atenções da cúpula do Judiciário, da classe política e da sociedade em geral neste primeiro semestre.

Outro tema que deve ter impacto no mundo político são as investigações sobre irregularidades no uso de emendas parlamentares. Pelo menos 15 processos já tramitam na Corte e há uma discussão se novos casos devem ficar nas mãos do ministro Flávio Dino, que é relator de ações que tratam do tem, ou serem sorteados entre todos os integrantes da Corte. Uma das pautas que o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, espera concluir ainda no primeiro semestre é o julgamento do marco civil da internet, que foi interrompido por um pedido de vista do ministro André Mendonça. Pelas regras regimentais, Mendonça tem até maio para devolver o processo para julgamento, contudo o ministro indicou que não vai ocupar todo o prazo. Nos bastidores, há a expectativa de que Mendonça libere os autos antes do prazo.

Outra prioridade do Supremo será o julgamento sobre as apostas de cota fixa (bets) no Brasil. Por enquanto, está valendo a liminar do relator Luiz Fux, determinando que o Ministério da Fazenda implemente de forma imediata medidas para impedir que beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais gastem o dinheiro dos benefícios com bets.

Na esfera penal, o Supremo também dará continuidade aos desdobramentos dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e ao julgamento dos assassinatos da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes. No plenário, o ano do Judiciário vai ser iniciado com o debate sobre a chamada “ADPF

das Favelas”, que tem como objetivo reduzir a letalidade policial no Rio. O julgamento está marcado para quarta-feira (5).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 03.02.2025– PÁG. E1

Setor imobiliário puxa crescimento do volume de recuperações judiciais em 2024

Monitor RGF indica recorde de 4,5 mil empresas em reestruturação no país

Marcela Villar

O país fechou o ano de 2024 com 523 empresas a mais em recuperação judicial em comparação com 2023, um aumento de 13%. Ao todo, 4.568 companhias negociavam dívidas na Justiça no ano passado - a maioria (28,8%) em São Paulo e do setor imobiliário -, de acordo com dados do Monitor RGF da consultoria RGF & Associados, compartilhados de forma exclusiva com o Valor. É o maior número absoluto desde o início do acompanhamento desses processos, iniciado em abril de 2023.



A incorporação de empreendimentos imobiliários agora lidera o número de reestruturações, com 314 companhias nessa situação - no terceiro trimestre do ano passado, eram 266, ocupando o segundo lugar. A construção de edifícios também não vai bem, mas se manteve em terceiro no ranking nacional, com 212 empresas. O segundo lugar é ocupado pelas holdings de instituições não financeiras (272). De acordo com advogados e associações do setor, os dados não refletem risco sistêmico para o mercado ou para a construção civil. A tendência, porém, é que 2025 seja desafiador para todos os setores, pelo cenário macroeconômico do país. Novos recordes no número de empresas refinanciando dívidas são esperados, tanto por meio de recuperações judiciais quanto extrajudiciais.

Apesar do recorde, houve desaceleração no crescimento do volume de empresas em recuperação judicial nos últimos três meses de 2024 frente ao trimestre anterior - de 4,4% para 3,6%. “É uma redução do ritmo, mas ainda é um cenário ruim”, afirma Roberta Gonzaga, consultora do RGF. O Índice RGF de Recuperação Judicial (IRJ-RGF) variou pouco: saiu de 1,90 para 1,91 no mesmo período. Significa dizer que a cada mil empresas ativas, quase duas delas estão em reestruturação no Judiciário. A base de dados do Monitor considera 2,4 milhões de companhias, excluindo filiais e microempresas. A região Nordeste teve ligeira melhora no IRJ-RGF, saindo de 2,62 para 2,61. Foi o primeiro avanço desde 2023, mas ainda é uma média superior à do ano retrasado (2,49) e ao índice atual do Brasil. Também estão acima da média nacional o Centro-Oeste (2,97) e Sul (2,33). Já no Sudeste (1,52) e Norte (1,29) existem menos empresas nesta situação, em comparação ao total em atividade.



CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Apesar de pulverizado em várias regiões, São Paulo foi onde houve maior aumento absoluto de empresas em recuperação, número que agora chega a 1.315. O Rio Grande do Sul segue em segundo lugar, após as fortes chuvas no primeiro semestre de 2024. Empresas do agronegócio, do cultivo de soja e criação de bovinos estão entre os cinco principais setores em crise no Estado, onde existem, ao todo, 414 empresas em reestruturação. Segundo Rodrigo Gallegos, sócio do RGF & Associados, o perfil da dívida das empresas é muito semelhante: mais da metade é com instituições financeiras. “São de algum endividamento ou alavancagem que a empresa fez ao longo dos anos e agora está apertando o caixa”, afirma. Na visão dele, se não for possível renegociar com os bancos, o ideal é não deixar a crise comprometer a parte operacional. “É o que faz a empresa girar, o ‘core business’. Sem isso, não tem empresa.”

Roberta Gonzaga diz que esse é inclusive o momento de procurar o instituto da recuperação judicial ou extrajudicial. “É cada vez mais importante a empresa enxergar qual o momento certo de entrar com o processo, que é o momento em que vai começar a afetar o operacional. É o mais adequado porque, se passa um pouco, fica mais complexo”, afirma. A perspectiva para 2025 é de piora, destaca Gallegos. “Apesar dos indicadores econômicos não estarem tão ruins, para as empresas, a situação está grave, principalmente por causa da taxa de juros”, diz. Outro dificultador é o acesso ao crédito. “Como a política econômica e fiscal do Brasil ainda não está 100% ajustada, isso deixa as instituições financeiras com o crédito menos acessível. Estão sendo mais seletivos, esperando para ver a direção econômica que o governo vai dar”, completa ele, mencionando a meta fiscal e reforma tributária.

Olivar Vitale, sócio do VBD Advogados, especialista em direito imobiliário, diz que o juro alto tem atrapalhado o investimento e aquisição de moradias. “É um momento difícil e de atenção que todos estamos vivendo. Gera maior dificuldade de captação de dinheiro para empreendimentos, para fundos de investimento em real state e também para captação de financiamento para casa própria”, diz. Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia justifica a alta quantidade de empresas em recuperação pelo fato de o setor ser muito representativo em relação ao total de empresas no país. Mas que uma das possíveis causas são investimentos a longo prazo, o que deixa a área sujeita a alterações de governo, além de insegurança jurídica.

“No setor de incorporação, se trabalha com cinco a seis anos entre a aquisição do terreno e a produção e, muitas vezes, tem mudanças na prefeitura, no governo de Estado e federal”, diz. “É um setor sujeito a alterações de políticas, especialmente taxa de juros, que tem estado elevada.” Para Eduardo Scarpellini, sócio da EXM Partners, o setor imobiliário enfrenta uma baixa absorção dos empreendimentos, por conta dos altos custos no financiamento. “Nos anos anteriores, por conta da taxa de juros baixa, tivemos diversos lançamentos, então existe uma oferta muito forte de novos empreendimentos, mas que não tem sido absorvida pelo mercado, o que faz com que as construtoras acabem segurando a venda e algumas peçam recuperação judicial”, afirma.

Especialistas e representantes do setor concordam que é preciso ajuda do governo para a construção civil. “Se o país continuar com a taxa de juros nesses patamares e não for adotada pelo governo uma taxa subsidiada para o sistema habitacional, crescerá a preocupação com esse setor”, afirma Scarpellini. Em nota ao Valor, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) diz que “os pedidos de recuperação judicial no setor de incorporação são casos isolados e não representam um risco sistêmico”. “O modelo de negócios do segmento, baseado em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com patrimônio

de afetação, garante que eventuais dificuldades financeiras de uma empresa não comprometam a entrega das obras, nem prejudiquem os consumidores”, afirma.

Cita ainda que o programa do governo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) “segue um fluxo financeiro independente das oscilações da taxa de juros, garantindo estabilidade ao segmento de habitação popular”. “No mercado de médio e alto padrão, as incorporadoras associadas à Abrainc apresentam excelente saúde financeira, reforçando a segurança do setor”, acrescenta.

STF reiniciará julgamento sobre recreio de professor

Luiza Calegari

Questão estava sendo definida no Plenário Virtual, mas ministro Edson Fachin pediu destaque

O Supremo Tribunal Federal (STF) terá que reiniciar, em sessão presencial, o julgamento sobre a possibilidade de inclusão do período de recreio entre as aulas no cálculo do salário dos professores da rede privada, sejam de ensino fundamental, médio ou superior. A questão estava sendo definida no Plenário Virtual, mas acabou transferida após pedido de destaque do ministro Edson Fachin. A medida também zera o placar do julgamento, que até então era favorável aos professores — quatro votos a dois. Todos os processos que tratam do assunto no país estão paralisados desde março de 2024 aguardando o resultado da análise da questão pelos ministros do STF.

A discussão envolve Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1058) apresentada pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades (Abrafi), que questiona entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para os ministros, o período do recreio deve ser considerado como tempo à disposição do empregador — ou seja, não pode ser descontado do salário. A Abrafi alega que o TST não tinha competência para decidir sobre o assunto, e teria infringido, portanto, os princípios da legalidade, da reserva legal e da separação entre os poderes. A entidade pede que o Supremo declare que a presunção de que o intervalo do recreio é “tempo à disposição do empregador” é inconstitucional, e que é necessária a apresentação de “prova de efetiva disponibilidade ou de efetivo trabalho”.

A ADPF apresentada afirma que os entendimentos judiciais têm potencial de impacto para 45 mil instituições privadas de ensino, que empregam aproximadamente 1 milhão de profissionais da educação. Em manifestação ao STF, a presidência do TST defendeu que o tempo exíguo entre as aulas impossibilita que o empregado da escola exerça atividades que não se relacionem com a docência. Assim, na prática, os trabalhadores permanecem à disposição do empregador, “utilizando o período, inclusive, para dirimir dúvidas dos alunos”.





CLIPPING

DATA
03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Votação

No Plenário Virtual, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, votou para declarar que é inconstitucional o entendimento de que o intervalo de recreio escolar sempre constitui tempo à disposição do empregador, e que é necessário avaliar cada caso concreto individualmente. Segundo ele, como não há lei específica a respeito do assunto, a decisão deve ser fundada “nas particularidades fáticas do caso concreto”. Ele foi acompanhado pelo ministro Dias Toffoli. O ministro Flávio Dino abriu a divergência no Plenário Virtual e foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. Em seu voto, Dino diferenciou o tempo à disposição do empregador, que se caracteriza quando o empregado está no local de trabalho esperando ordens, do intervalo intrajornada previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a pausa para o almoço, que é descontada dos trabalhadores.

Para ele, não caberia estender a eficácia do regime excepcional, como o dos intervalos intrajornada, “por vontade unilateral do empregador, a outras pausas ou intervalos atípicos, tal como o recreio escolar”. “Achando-se o empregado no centro de trabalho, à disposição do empregador, estará cumprindo sua jornada para todos os efeitos, independentemente de estar efetivamente prestando serviços ou não”, defendeu o ministro. Ele lembrou que, antes da reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), os professores não podiam trabalhar mais de quatro horas diárias e, dessa forma, não tinham direito a nenhum intervalo intrajornada. A nova lei, no entanto, acrescentou, extinguiu a jornada especial e eles passaram a se sujeitar às regras comuns da CLT. Nesse caso, em um expediente de oito horas, segundo o ministro, só pode haver um intervalo intrajornada — normalmente a pausa para o almoço.

Flávio Dino propôs a seguinte tese: “Tanto o recreio escolar (educação básica) quanto o intervalo de aula (educação superior) constituem, em regra, tempo do professor à disposição (CLT, artigo 4º, ‘caput’); excepcionalmente, tais períodos não serão computados na jornada, quando o docente adentrar ou permanecer no local de trabalho, voluntariamente, para exercer atividades exclusivamente particulares (CLT, artigo 4º, parágrafo 2º), conforme análise caso a caso pela Justiça do Trabalho”.

Análise

Segundo Mauricio Corrêa da Veiga, advogado trabalhista e sócio do Corrêa da Veiga Advogados, o Supremo tem demonstrado nos últimos anos uma preocupação com a postura da Justiça do Trabalho de criar obrigações para empregadores sem que haja previsão legal. “Caso prevaleça o voto do ministro Gilmar Mendes, será dada a oportunidade para a negociação sindical estabelecer critérios objetivos para definir se o recreio constitui ou não tempo à disposição do empregador”, diz.

Eliane Ribeiro Gago, head da área trabalhista do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, afirma que o reconhecimento da presunção de disponibilidade “exigirá que as instituições de ensino encontrem soluções para essa nova realidade, especialmente diante da possibilidade de pagamento de horas extras”. Esse custo, acrescenta, provavelmente será repassado para as mensalidades escolares, “impactando diretamente os alunos e suas famílias”. Porém, se prevalecer o entendimento de Gilmar Mendes, diz, as instituições de ensino terão mais flexibilidade para negociar diretamente com os sindicatos a inclusão do recreio na jornada de trabalho, “permitindo que as condições de trabalho sejam ajustadas conforme a realidade de cada escola” e evitando o aumento de custos trabalhistas.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 03.02.2025 – PÁG. E2

Denúncia espontânea em matéria tributária

O ideal seria que as autoridades fiscais ajustassem o seu entendimento e, sobretudo, os seus sistemas, a fim de a denúncia espontânea seja estimulada

Cassius Lobo

Cada vez mais as autoridades fiscais buscam estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos sujeitos passivos. Inclusive, no âmbito global, é muito comum que o termo “Co-Operative Compliance Framework (CCF)” seja abordado em algum fórum jurídico, eis que seu objetivo, em resumo, gira em torno do desenvolvimento de uma relação entre contribuinte e Fisco baseada na confiança e cooperação entre as partes.

Dentro desse contexto, não é raro que os contribuintes revisem suas apurações tributárias e, em alguns casos, identifiquem recolhimentos a menor. Como forma de incentivar a regularização, nosso legislador, há muito tempo, inseriu em nosso sistema jurídico o instituto da denúncia espontânea. Todavia, conforme será melhor demonstrado, sua aplicabilidade vem sendo, ilegalmente, diga-se de passagem, restringida em razão de posicionamentos administrativos que vão de encontro com a tendência global de cooperação entre contribuintes e autoridades fiscais.

Para melhor compreensão do tema, principiemos rememorando que o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 138, determina que a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora. Esclarece, também, em seu parágrafo único, que tal instituto é afastado nos casos em que ocorrido em momento posterior de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração. Assim, denota-se que para caracterização da denúncia espontânea, o próprio dispositivo do Código Tributário Nacional define os pressupostos cumulativos que devem ser respeitados pelo contribuinte: (i) tempestividade; (ii) ausência de procedimento específico de fiscalização; e (iii) pagamento do tributo c/c juros de mora e correção monetária (no caso dos tributos federais, por exemplo, apenas a Selic).

É dizer: estará configurada a denúncia espontânea com o ato do contribuinte de efetuar o pagamento integral ao Fisco do débito principal, corrigido monetariamente e acompanhado de juros moratórios, antes de iniciado qualquer procedimento fiscal com o intuito de apurar, lançar ou cobrar o referido montante, caso em que deve ocorrer a exclusão da multa moratória. Ainda que a norma delimitadora do instituto da denúncia espontânea seja clara, o assunto chegou até o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tratar acerca de sua aplicabilidade nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação - previsto no artigo 150 do Código Tributário Nacional, onde a extinção do crédito tributário ocorre sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento ou de forma tácita caso ocorra o transcurso de cinco anos.





CLIPPING

DATA

03.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Na ocasião, a Corte Superior firmou seu entendimento através do Tema 385 e Recurso Especial nº 1149022/SP publicado em 24/06/2010, no sentido de que “a denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da administração tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente”.

No âmbito federal vale observar que, nos termos do Ato Declaratório PGFN nº 8 de 2011, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é dispensada de apresentar contestação ou interpor recurso em face de decisão desfavorável quando o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a, com o pagamento concomitante dos débitos acrescidos. A Receita Federal do Brasil (RFB), todavia, vem entendendo que se o débito não foi objeto de pagamento integral até a data da entrega da declaração que informou o débito, o contribuinte não faz jus ao instituto da denúncia espontânea. No entanto, sabe-se que, por exemplo, somente com a entrega das declarações retificadoras pela DCTF-WEB é que a guia é gerada pelo sistema, inexistindo, portanto, a possibilidade de o contribuinte gerar uma guia antes de inserir as informações no sistema.

Nesses casos, ainda que o pagamento seja realizado em momento posterior, mas dentro da mesma competência, tem-se claro que, ao contrário do que vem entendendo o Fisco, ocorreu a quitação do débito de forma concomitante a entrega da declaração nos exatos termos em que já decidido. Inclusive, em caso semelhante, recentemente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) aplicou o instituto da denúncia espontânea em um caso em que “a transmissão da DCTF retificadora e a realização do respectivo pagamento ocorreram no mesmo mês (período de apuração), com apenas alguns dias de diferença, além de terem se realizado, segundo se infere dos autos, antes do início de qualquer procedimento da administração tributária” (apelação cível nº 5021622-58.2023.4.03.6100 - julgamento em 07/12/2024).

Deste modo, em linha com a tendência global de “cooperative compliance”, o ideal seria que as autoridades fiscais ajustassem o seu entendimento e, sobretudo, os seus sistemas, a fim de a denúncia espontânea seja estimulada - afastando a multa tributária pelo não pagamento do tributo nos termos do artigo 138 do CTN. Até que o tema seja pacificado, o ideal é que os contribuintes busquem a via judicial para evitar autuações.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 03 de fevereiro – Dia da Navegação do Rio São Francisco

Em Sergipe, "Velho Chico" movimentava a economia, o turismo e o lazer da região



Neste 3 de fevereiro é celebrado o “Dia da Navegação do Rio São Francisco”. O “Velho Chico” atravessa cinco estados e 521 municípios. Sua nascente se localiza na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e sua foz na divisa de Sergipe e Alagoas, com suas águas cumprindo um caminho de cerca de 2.700 km. O curso do rio, inclusive, constitui a divisão natural entre esses dois estados.

História.... mas por que dia 3 de fevereiro?

Nesta data, em 1871, foi inaugurada oficialmente a navegação a vapor e a navegação nas porções médias e submédias do rio São Francisco, sendo um importante capítulo da integração por essa via interiorana no Brasil.

Além do abastecimento hídrico de 505 municípios ao longo de seu curso, o rio São Francisco tem grande importância como via de navegação, o que permite o trânsito de moradores e turistas, bem como do transporte de carga. A navegação pelo Velho Chico integra a hidrovia do São Francisco, via mais econômica de ligação entre o Centro-Sul e o Nordeste do Brasil, que abrange também os rios Paracatu, Grande e Corrente.